

continuação					
CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. - CELPA CNPJ: 04.895.728/0001-80					
	Moeda nacional		Moeda estrangeira (USD)		
	Passivo	Passivo não	Passivo	Passivo não	
	circulante	circulante	circulante	circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	178.610	1.309.883	534.966	226.725	2.250.184
Reclassificação RJ (a)	-	(866.877)	-	(178.890)	(1.045.767)
Ingressos	-	274.574	125.000	493.613	893.187
Encargos	40.068	3.216	18.029	-	61.313
Variação monetária e cambial	1.457	10.484	71.046	209.446	292.433
Transferências	99.907	(99.907)	296.082	(296.082)	-
Amortizações de principal	(179.502)	-	(542.751)	-	(722.253)
Pagamentos de juros	(28.587)	-	(15.879)	-	(44.466)
Custo de captação	(112)	(2.590)	1.658	-	(1.044)
Transferências de transação	(512)	512	(700)	700	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	111.329	629.295	487.451	455.512	1.683.587
(a) Reclassificação de dívidas da recuperação judicial, parcialmente contestadas pelos credores, cujo caráter contingente deixou de existir com o fim desta e, portanto, passaram a ser considerados como contas a pagar de credores da recuperação judicial e assim classificados. Após essa definição, em 2015, estes foram ajustados a valor presente, assim como todas as demais dívidas sujeitas à recuperação judicial. Covenants e garantias dos empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem <i>covenants</i> e garantias financeiras, cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia manteve-se dentro dos limites estipulados nos contratos. 18. Debêntures: A movimentação das debêntures no período está assim demonstrada:					
		Passivo	Passivo não		
		circulante	circulante		Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015		-	-		-
Adições		-	960.000		960.000
Encargos		4.966	-		4.966
Variação monetária		-	1.664		1.664
Custo de captação		(1.208)	(5.195)		(6.403)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		3.758	956.469		960.227
Primeira emissão de debêntures: Em 25 de julho de 2016, a Companhia realizou a Primeira Emissão de Debêntures, cuja distribuição foi encerrada em 5 de agosto de 2016, sendo uma emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real e adicional fidejussória da Controladora Equatorial Energia, em série única, no montante total de R\$ 100.000, com vencimento em maio/2020 e destinou-se prioritariamente para aumento do capital de giro da Companhia. Debêntures contratada com taxa equivalente à IPCA + 9,0% a.a., com amortização de 50% em 30 de maio de 2019 e 50% em 30 de maio de 2020. Em 31 de dezembro de 2016 o valor atualizado foi R\$ 104.996, a taxa efetiva dessa operação é de 15,29% ao ano. Segunda emissão de debêntures: Em 13 de outubro de 2016, a Companhia realizou a Segunda Emissão de Debêntures, cuja distribuição foi encerrada em 1 de dezembro de 2016, sendo uma emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real e adicional fidejussória da Controladora Equatorial Energia, em até duas séries, sendo a primeira série no montante total de R\$ 60.000 com vencimento em janeiro/2024 destinando-se prioritariamente para aumento do capital de giro da Companhia. Custo de contratação da primeira série é IPCA + 8,04%a.a., com amortização em três parcelas iguais a partir de 15 de janeiro de 2022. Em 31 de dezembro de 2016 o valor atualizado foi R\$ 60.533, a taxa efetiva da operação da primeira série é de 15,29% ao ano. A segunda série com previsão para emissão somente em 2017. Terceira emissão de debêntures: Em 11 de novembro de 2016, a Companhia realizou a Terceira Emissão de Debêntures, cuja distribuição foi encerrada em 26 de dezembro de 2016, sendo uma emissão aberta de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória da Controladora Equatorial Energia no montante de R\$ 300.000, dividido em duas séries de R\$ 199.069 e R\$ 100.931, com vencimento em dezembro/2021e dezembro/2023 respectivamente, destinaram-se prioritariamente para implementação do programa de investimentos da Companhia. Contrato ao custo de IPCA + 6,70% a.a. para a 1ª e, IPCA + 6,87% a.a. para 2ª série. Em 31 de dezembro de 2016, a taxa efetiva da operação da primeira série é de 12,99% ao ano e da segunda série é de 13,16%, o saldo é de R\$ 199.407 e R\$101.105, respectivamente. Quarta emissão de debêntures: Em 5 de dezembro de 2016, a Companhia realizou a Quarta Emissão de Debêntures, cuja distribuição foi encerrada em 28 de dezembro de 2016, sendo uma emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória da Controladora Equatorial Energia, em série única, no montante total de R\$ 500.000, com vencimento em dezembro/2019 e destinou-se prioritariamente para aumento do capital de giro da Companhia. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo é de R\$ 500.589, a taxa efetiva da operação é de 15,98% ao ano. Em 31 de dezembro de 2016, as debêntures representam o montante de R\$ 960.227 e os seus vencimentos estão programados conforme descrito a seguir:					
		31/12/2016			
		Valor	%		
Vencimento		3.758	0%		
Circulante		550.915	57%		
2019		50.482	5%		
2020		199.150	21%		
2021		161.118	17%		
Após 2021		961.665	100%		
Não circulante		(5.196)	0%		
Custo de captação – Não circulante		956.469	100%		
Total não circulante		960.227	100%		
Total					
Covenants: As debêntures preveem a manutenção de indicadores de endividamento e cobertura de juros. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia atendeu a todos os indicadores requeridos contratualmente. 19. Impostos e contribuições a recolher: 19.1 Impostos e contribuições a recolher					
		31/12/2016	31/12/2015		
Circulante		219.743	144.743		
ICMS		2.646	33.056		
ICMS parcelamento (a)		28.620	25.714		
PIS e COFINS		6.488	21.410		
Encargos sociais e outros		6.659	6.247		
ISS		264.156	231.170		
Total					
Não circulante					
ICMS parcelamento (a)		35.946	30.316		
ISS		-	19.289		
Total		35.946	49.605		
(a) A Companhia possui parcelamentos concedidos pela Secretaria Executiva de Estado da Fazenda do Estado do Pará, originário de débitos do ICMS corrente. O referido saldo é corrigido pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC mais 1% de juros, sendo que o último pagamento está previsto para ser liquidado em 31 de julho de 2031. A sua redução deve-se a adesão ao REFIS estadual através da instrução estadual nº. 10 de 2016 em 180 parcelas. 20. Imposto de renda e contribuição social diferidos: A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias considerando as suas projeções de lucro tributável. Os créditos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais não possuem prazo de prescrição e os seus efeitos financeiros ocorrerão no momento da sua realização. O imposto de renda é calculado à alíquota de 25%, considerando o adicional de 10% e a contribuição social foi constituída à alíquota de 9%. Dessa forma, os referidos créditos fiscais estão reconhecidos, considerando a expectativa de sua realização, sendo observado o limite de 30% para compensação anual com lucros tributáveis, conforme determinação do CPC 32. 20.1 Composição dos créditos e débitos de imposto de renda e contribuição social diferidos. (i) Composição dos tributos diferidos.					
		31/12/2016	31/12/2015		
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias		(25.039)	24.785		
IRPJ e CSLL sobre reserva de reavaliação		(76.957)	(88.326)		
Total		(101.996)	(63.541)		
(ii) Composição do IRPJ e da CSLL sobre diferenças temporárias					
		31/12/2016	31/12/2015		
Provisão para contingências		52.104	66.194		
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		89.459	151.003		
Provisão para participação nos lucros		10.869	10.840		
Depreciação acelerada (a)		(58.471)	6.332		
Provisão fundo de pensão		13.060	12.484		
Custo de captação, AVP e atualização do ativo financeiro		(181.322)	(172.834)		
SWAP		30.634	(73.949)		
Outras despesas não dedutíveis		18.628	24.715		
Total		(25.039)	24.785		
(a) Em 2015 o lucro da exploração foi maior que o lucro real, não sendo necessário a utilização do benefício da depreciação acelerada. A Companhia realizou apenas a adição da parcela da depreciação já utilizada em exercícios anteriores (R\$ 6.332 em 31 de dezembro de 2015) e em 2016 ocorreu o inverso, havendo a necessidade de utilização do benefício no montante de R\$ 58.471. A Companhia possui prejuízos fiscais e base negativa de CSLL não reconhecidos em seu ativo em 31 de dezembro de 2016, por não atender às condições previstas no CPC 32 - Tributos sobre o lucro e na Deliberação CVM nº 371/2002. Tais créditos de IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 196.613 (R\$ 203.925 em 31 de dezembro de 2015), não possuem prazo de prescrição. 20.2 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) debitada em resultado, nos períodos de 31 de dezembro de 2016 e de 2015, está demonstrada a seguir:					
		31/12/2016	31/12/2015		
		IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)		421.479	421.479	597.229	597.229
Alíquota fiscal		25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal		105.370	37.933	149.307	53.751
Adições:					
Provisão para contingências		38.312	13.792	48.672	17.522
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		63.811	22.972	39.470	14.209
Ajuste a valor presente		9.091	3.273	28.840	10.382
Variação de SWAP		74.851	26.947	-	-
IRPJ/CSLL sobre reserva de reavaliação		8.360	3.010	15.131	5.447
Provisão para fundo de pensão		9.603	3.457	9.179	3.305
Provisão para participação nos lucros		7.992	2.877	-	-
Custo de captação, AVP e atualização do ativo financeiro		7.523	2.708	-	-
Outras provisões		13.396	4.831	104.778	37.720
		232.939	83.867	246.070	88.585
Exclusões:					
Reversões de provisões, reposicionamento tarifário diferido e ativos regulatórios					
Provisão para contingências		(48.672)	(17.522)	(46.078)	(16.588)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		(109.064)	(39.263)	-	-
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética e M.M.M		(1.115)	(401)	(107.230)	(38.603)
Variação de SWAP		2.047	737	(38.178)	(13.744)
Provisão para fundo de pensão		(9.179)	(3.305)	(9.228)	(3.322)
Provisão para participação nos lucros		(7.970)	(2.869)	-	-
Custo de Captação, AVP e atualização do ativo financeiro		(22.855)	(8.228)	(121.070)	(43.585)
Outras provisões		(16.650)	(5.995)	(20.283)	(7.262)
Depreciação acelerada		(64.803)	-	-	-
		(278.261)	(76.846)	(342.067)	(123.104)
IRPJ e CSLL		60.048	44.954	53.310	19.232
Compensação base negativa de CSLL		-	(13.486)	-	(5.770)
Incentivo PAT		(1.442)	-	-	-
Incentivo prorrogação licença maternidade		(112)	-	-	-
Despesa IRPJ anos anteriores		-	-	(1.282)	-
IRPJ e CSLL no resultado do período		58.494	31.468	52.028	13.462
Alíquota efetiva (excluindo IRPJ/CSLL diferidos)		14%	7%	9%	2%
Ativo fiscal diferido		45.429	(6.974)	45.045	18.496
(+) IRPJ subvenção governamental		(58.494)	-	(52.028)	-
IRPJ e CSLL no resultado do exercício		45.429	24.494	45.045	31.958
Alíquota efetiva com ativo fiscal diferido		11%	6%	8%	5%
Em 19 de dezembro de 2013, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, que pertence ao Ministério de Integração Nacional, emitiu o Laudo Constitutivo nº 140/2013,					

continua